

**HABEAS CORPUS Nº 492.680 - MS (2019/0038435-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : CAIO MAGNO DUNCAN COUTO**  
**ADVOGADO : CAIO MAGNO DUNCAN COUTO - MS015936**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PACIENTE : EURIPEDES LUIZ DA SILVA FILHO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Eurípedes Luiz da Silva Filho**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que, ao julgar o recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público, deu-lhe provimento para o fim de reformar a decisão de primeiro grau que havia concedido a liberdade provisória em 8/11/2018 e, por corolário, decretar a prisão preventiva, em acórdão assim ementado (RESE n. 0002518-39.2018.8.12.0028 - fl. 154):

EMENTA - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE CONCRETA DO CASO - POTENCIAL RISCO DE REITERAÇÃO - CONDIÇÕES PESSOAIS QUE NÃO OBSTAM A CUSTÓDIA - COMPATIBILIDADE COM A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO - COM O PARECER, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Vislumbrando-se dos elementos de convicção até o momento reunidos, particularidades e circunstâncias fáticas a delinearem a gravidade concreta das condutas que teriam sido perpetradas, concernente à ameaça em situação de violência doméstica, tentativa de homicídio contra policial militar, além de resistência e desacato, ensejando indicativos sobre a considerável periculosidade do recorrido, nociva à segurança e à incolumidade social, justifica-se o decreto prisional.

2. Açodado concluir-se pela impossibilidade da fixação do regime inicial fechado na eventualidade de uma condenação, posto que as circunstâncias judiciais e moduladoras serão analisadas no momento oportuno, à luz de elementos de convicção que ainda serão colhidos, mesmo porque a especificação do regime prisional não está atrelada única e exclusivamente ao *quantum* que porventura venha a ser especificado em caso de hipotética condenação, a tanto apresentando-se inafastáveis as diretrizes elencadas no artigo 59, do Código Penal, conforme artigo 33, § 3º, do referido diploma legal.

3. Condições pessoais alegadamente favoráveis, por si sós, não impedem a

prisão cautelar, consoante entendimento das Cortes Superiores.

4. Inegável a compatibilidade da prisão preventiva com a presunção de inocência, pois esta, embora se consubstancie em pilar do Estado Democrático de Direito, não impede a imposição de restrições ao direito do acusado antes do final processo (STF - HC 106856, Relatora: Min. Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 05/06/2012).

5. É assente na jurisprudência que, se o julgador aprecia integralmente as matérias que lhe são submetidas, se torna despicienda a manifestação expressa acerca de dispositivos legais utilizados pelas partes como sustentáculo às suas pretensões.

6. Com o parecer, recurso conhecido e provido.

Neste Tribunal Superior, o impetrante sustenta, em síntese, que (fls.

9/13):

**A prisão preventiva decretada após 02 (dois) meses do acusado em liberdade provisória, não merece prosperar, a alegada violência doméstica sequer existiu, e a lesão leve no joelho esquerdo de um policial militar não justificam a custódia, mesmo presente suposta prática do crime de desobediência e desacato, aliado ao fato do acusado ser primário, possuir trabalho certo, residência fixa e família constituída na comarca. Portanto manifesto o constrangimento ilegal, passível da concessão de ordem de Habeas Corpus.**

[...]

Ora, restou evidenciado um erro nesta decisão, inexistiu "ameaça em situação de violência doméstica" a convivente do paciente sequer lavrou Boletim de Ocorrência em desfavor de seu amásio, inclusive no dia seguinte retornou a vida conjugal, residindo com seus filhos junto do Paciente no endereço na Rua dos carandas, lote 26, Bairro Tarumã, Bonito/MS, conforme declaração lavrada e assinada pela Sr<sup>a</sup>. ELAINE que encontra-se neste momento desamparada uma vez que seu convivente está preso.

**Insta consignar que ELAINE convivente do paciente suposta vítima de violência doméstica lavrou uma solicitação (anexa) com firma reconhecida afirmando que tal prisão traz prejuízos reais e manifestos a toda sua família, que não solicitou em momento algum, tampouco representou em desfavor do paciente.**

[...]

A Lei Processual deixa claro que a prisão preventiva somente pode ser decretada na impossibilidade de outra medida cautelar.

Com efeito, a ordem pública, neste caso, não está ameaçada. Não há nenhum indício suficientemente demonstrado de que o acusado voltará a delinquir, este ficou 02 (dois) meses após os fatos em liberdade provisória, vivendo em perfeita harmonia com a Polícia Militar, mesmo sua academia estando a 200 (duzentos metros) do quartel da PM, encontrava-se trabalhando e não voltou a delinquir, tampouco existe risco a ordem pública, principalmente se considerado que o **réu é primário, sem nenhuma**

**condenação criminal, possui residência fixa, família constituída e trabalho certo (docs. anexo).**

Não pode haver uma presunção para justificar a manutenção da prisão processual. Ao contrário, somente com indícios concretos é que pode decretar ou manter a prisão preventiva, até porque foram elencadas na Lei várias outras medidas cautelares diversas da prisão para acautelar o resultado útil do processo.

Ademais, não é aceitável a segregação cautelar do acusado por mera suposição de que solto, voltará a delinquir, já que não cabe à Justiça trabalhar com suposições e subjetivismos, mas, sim, com fatos concretos, tampouco com a suposta gravidade do delito.

[...] na decisão proferida pela ilustre magistrada **DRA. ADRIANA LAMPERT**, o princípio constitucional da presunção de inocência foi efetivamente considerado. E a magistrada "*a quo*" também demonstrou que a ordem pública não estaria de fato ameaçada. Demonstrou que as outras medidas cautelares fossem suficientes e adequadas para que o réu aguardasse o processo em liberdade, sendo certo que permaneceu 02 (dois) meses com boa conduta na comarca.

[...]

**O infortúnio do fato ter acontecido em comarca "pacífica e interiorana como Bonito", do Paciente ter uma academia e ministrar aulas de artes marciais a crianças, possuir uma "caminhonete nova" e a suposta vítima ser um policial militar, não podem ensejar a decretação de uma prisão preventiva, eis que inexistente ofensa a ordem pública, quando na verdade demonstram ser o acusado professor, empresário, detentor de um veículo ano 2013 financiado, inclusive com boleto atrasado e seu nome incluído no SERASA, conforme anexo.**

[...]

Portanto, motivo não há para manutenção da custódia provisória do acusado.

Requer, assim (fls. 15/16):

[...] seja concedida MEDIDA LIMINAR, ante à presença de seus requisitos (*fumus boni iuris e periculum in mora*), para determinar de imediato o relaxamento da prisão preventiva do paciente, em razão da ausência de requisitos para manutenção da custódia cautelar; determinando a expedição do alvará de soltura.

b) AD ARGUMENTANDUM, caso esta Egrégia Corte entenda pela necessidade mínima de restrição à liberdade do paciente, requista-se, também em JUÍZO LIMINAR, a substituição da prisão cautelar pelas medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal (isolada ou cumulativamente), de forma proporcional ao caso concreto, nos termos do artigo 282 do mesmo diploma.

[...] ao final, após solicitadas as informações à autoridade coatora, seja concedida, de forma definitiva, a ordem impetrada [...].

É o relatório.

Dúvidas não há sobre o caráter excepcional do deferimento de liminar em *habeas corpus*. Assim, há necessidade de se comprovar, **de plano**, patente ilegalidade a fim de se atender ao requerimento de urgência.

Sobre o tema, o Tribunal *a quo* consignou o seguinte (fls. 156/159 - grifo nosso):

Segundo consta, a vítima Elaine Magda Diniz teria se dirigido ao Quartel da Polícia Militar pedir ajuda, pois seu cônjuge, Eurípedes da Silva Filho, havia subtraído seu telefone celular mediante grave ameaça, além de ter efetuado ameaças e proferido palavras depreciativas, dizendo que se arrependeria de ter tentado terminar o relacionamento, dizendo, ainda, que não iria devolver o aparelho celular.

Diante da informação, a equipe da Polícia Militar deslocou-se à academia denominada FISIC FORMA, pertencente ao recorrido, para averiguar a veracidade dos fatos narrados, sendo que ao chegar em frente ao estabelecimento mencionado, após a emissão de sinais luminosos e sonoros da viatura, Eurípedes saiu em direção à área externa da academia e, ao ser indagado a respeito da possível tomada do aparelho celular de sua esposa, confirmou o ocorrido, dizendo que realmente havia se apoderado do referido celular à força e que não iria devolvê-lo e, ainda, que se quisessem, deveriam recuperar o objeto à força, afrontando, pois, a equipe ali presente.

Ato contínuo, a Guarnição entrou em contato com o oficial responsável, Aspirante a Oficial Leonel, para dar-lhe a devida ciência e pedir orientação acerca dos procedimentos cabíveis, tendo o referido orientado o graduado a dar a respectiva voz de prisão, em decorrência da desobediência e do flagrante de violência doméstica, tendo em vista a pronta manifestação da vítima em representar perante à autoridade policial.

Aproveitando-se do momento de conversa entre os policiais, Eurípedes entrou em seu veículo e empreendeu fuga em alta velocidade, colocando em risco a fluidez e a segurança de trânsito da via. Após a evasão, dirigiu-se até a Sede da Polícia Militar e afrontou o policial militar Cássio, que estava no quartel sozinho com a vítima e seus filhos aguardando a guarnição chegar, tendo descido do veículo, retirado a camisa e partido para cima do policial no intuito de proferir agressões contra este, oportunidade em que aludido policial sacou a arma que portava e advertiu o suposto ofensor, no sentido de que, se necessário, usaria dos meios que possuía a seu dispor para repelir a injusta agressão que porventura pudesse ser perpetrada.

Logo após, as equipes policiais chegaram ao local, tendo Eurípedes se evadido novamente, realizando manobra brusca com seu veículo e se desvencilhando da guarnição, tomando rumo ignorado, vindo através

de sua fuga a gerar perigo de dano aos demais veículos que trafegavam na via e aos transeuntes.

Algun tempo depois, telefonou para a Companhia e informou que iria ao local entregar o telefone de sua esposa. Ocorre que, ao chegar, desatendeu mais uma vez às ordens dos policiais militares e investiu seu veículo contra eles, querendo diretamente ou assumindo o risco de matá-los. O PM Ramão Benedito Soares foi atingido e teve seu joelho esquerdo lesionado. O PM Ramão Benedito Soares foi atingido e teve seu joelho esquerdo lesionado. Eurípedes não parou e continuou em fuga. Os policiais chegaram a disparar com suas arma de fogo contra o veículo em fuga, mas ele não se abalou com o fato. Apenas depois, em frente à sua academia de ginástica, parou o veículo, entretanto, mais uma vez não atendeu às verbalizações dos policiais militares, sendo que, somente mediante disparos de elastômetro, foi possível imobilizá-lo para efetuar a prisão.

A gravidade concreta do caso restou delineada no cenário fático descrito, máxime considerando a necessidade de uso de disparos com arma de borracha para conter o recorrido e, ainda, sua nítida intenção em furtar-se à ordem policial, em flagrante desprezo às autoridades policiais à ocasião.

Vislumbra-se, ademais, que o recorrido evidencia personalidade extremamente agressiva, o que, somado ao fato de ser lutador profissional de *jiu jitsu* e, portanto, dotado de elevada força física, denota periculosidade acentuada a demandar a custódia preventiva com vistas a garantir a ordem pública, especialmente considerando versar o caso, entre outros crimes, sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.

Diante desse panorama, evidentemente restrito aos elementos de convicção até o momento reunidos, **inegável se afigura a necessidade da custódia, tendo em vista que as particularidades, as circunstâncias fáticas dos delitos penais, a própria dinâmica dos acontecimentos, culminam por delinear a gravidade concreta das condutas que teriam sido perpetradas, ensejando indicativos sobre a expressiva periculosidade do recorrido, nociva à segurança e à incolumidade social.**

Aliás, se nem mesmo a presença da força policial e as medidas então adotadas pelos referidos policiais se revelarem capazes de demovê-lo, de impingir-lhe freios inibitórios, realçada se afigura a vulnerabilidade em que se encontra a vítima.

Imprescindível, portanto, preservar esses direitos primários do homem comum a cada dia mais ameaçado e violentado, afastando do convívio social, o quanto possível e justo, via custódia preventiva, aqueles que sejam apontados, mercê indícios suficientes, com significativa credibilidade no apontamento, como autores ou co-autores de crimes indiscutíveis, graves e nitidamente comprometedores da paz, da segurança e do bem-estar físico-psíquico e patrimonial de cada cidadão, ainda que sejam primários e se apresentem como portadores de ocupação regular e tenham residência fixa, porquanto esses atributos não se afiguram incompatíveis com a periculosidade justificadora da prisão preventiva (STJ, RHC nº 66/MG (sic),

Rel. Min. Costa Lima).

[...]

Os tempos presentes, infelizmente repletos de violência, reclamam especial atenção para com a segurança coletiva, para com o bem-estar da população a cada dia mais traumatizada e perplexa com essa nefasta onda crescente de ataques a que vem sendo submetida.

Considere-se, ainda, que o envolvimento do recorrido com ilícitos penais não representa ineditismo algum, tampouco fato isolado em sua vida. Conquanto não possua condenação anterior com trânsito em julgado, ostenta elevado risco concreto de reiteração delitiva, tendo em vista, inclusive, prévia concessão de medidas protetivas à vítima diversa, evidenciando que sua incursão por essa seara não se afigura, pelo que se percebe até o momento, incomum, exteriorizando, por corolário, preocupantes traços de reiteração, incompatíveis com a paz social por todos almejada, assim como indiferença ao cumprimento de regras elementares de salutar convívio em sociedade.

E, sabe-se, como garantia da ordem pública não se busca apenas assegurar a calma social, a manutenção e estabelecimento da disciplina social e de seus valores, como também, prevenir a reprodução de fatos criminosos.

[...]

**A necessidade da custódia, pois, desponta das peças reunidas até o momento, destacando o preenchimento dos requisitos legais peculiares à espécie. Não se revela desproporcional, tampouco excessiva, não se justificando, destarte, nem por essa ótica, a sua substituição por qualquer das medidas cautelares.**

Pois bem. Sob esta moldura, o acórdão hostilizado não ostenta ilegalidade manifesta, perceptível *primus ictus oculi*, o que exclui o *quantum* de evidência da plausibilidade jurídica do pedido, necessário ao acolhimento do pleito cautelar *initio litis*.

Ao Colegiado cabe, por prudência, o exame do *thema decidendum*.

**Indefiro**, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora e ao Juízo de Direito da Primeira Vara da comarca de Bonito/MS sobre os fatos alegados na inicial, no prazo de 20 dias e, com estas, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

